



Apontamento sobre a economia paralela

Carlos Pimenta
Observatório de Economia e Gestão de Fraude

Uma história

1. Embora não havendo uma história dos comportamentos marginais e desviantes nas diversas sociedades é de fácil aceitação admitir-se que em todas as comunidades existiram comportamentos económicos que não respeitavam as regras estabelecidas.

Contudo, independentemente dos diversos tipos de actuacção em causa e das diferentes designações que tais comportamentos assumiram, não é legítimo admitir que sempre existiu economia paralela, com o significado que actualmente lhe atribuímos. O que agora designamos dessa forma refere-se a um conjunto de actividades que são moldadas pelas formas de organização social típicas da sociedade em que vivemos, estruturada em torno da produção e troca de bens e de uma específica estrutura de propriedade.

Centremo-nos, pois, na história mais recente das nossas sociedades, não sendo tomados pela resignação que o «sempre» acarreta, remetendo as causas do problema mais para “a natureza humana” que para a organização da sociedade, criada, mantida e reproduzida pelos homens e pela sua organização política.

2. Por diferentes razões que não carecem de apresentação neste texto, depois da crise de 1929/33 – com depressões durante diversos anos seguintes, que desembocaram na segunda guerra mundial –, os países capitalistas sentiram a necessidade de quantificar a sua actividade económica e promover políticas que permitissem um desenvolvimento estratégico e um controlo conjuntural.

Por isso nos fins da década de 30 do século passado a Sociedade das Nações ficaram encarregues de analisar o problema e em 1947 as Nações Unidas produzem o primeiro documento institucional que conduzirá à organização das contabilidades nacionais dos diversos países.

Sendo a contabilidade nacional uma peça fundamental da organização político-económica dos Estados, as actividades económicas marginais e desviantes passaram a ter uma base objectiva

de referência: seriam aquelas que não eram registadas na contabilidade nacional. Esta é a base da actual designação de *Economia Não Registada*.

3. Quando percorremos as posições assumidas por diversos autores sobre este assunto constatamos que as situações aí englobadas e as valorações de que eram alvo evoluíram. Uma coisa todos sabiam: para uma actividade ser registada tinha que passar pelo mercado, logo o *autoconsumo* tendia a fugir a essa quantificação.

Quando nos fins dos anos 40 do séc. XX se lançou oficialmente e internacionalmente a “ajuda ao desenvolvimento”, formalmente consagrada pelo presidente Truman em Janeiro de 1949, houve uma forte focagem no subdesenvolvimento e a atenção económica centrou-se nesse projecto. Muitos economistas, sobretudo da América Latina, lançaram então a problemática da articulação de modos de produção e alertavam que enquanto as actividades capitalistas eram registadas na contabilidade nacional o mesmo não acontecia com as actividades dos modos de produção subordinados. A *economia informal*, essencialmente associada à estratégia de sobrevivência, integravam a economia não registada (não a designando dessa forma).

Se estas foram as preocupações durante algumas décadas, nos anos 70 começa a emergir uma nova postura, que se veio a prolongar até aos dias actuais. A economia não registada deixava de ser uma realidade social imposta, ora pela metodologia da contabilidade nacional ora pela existência de modos de produção pré-capitalistas e passava a ser considerada como uma estratégia de negócio, como uma libertação dos mercados das peias programadoras, reguladoras e disciplinadoras do Estado. Vários autores fazem então a apologia dessa actividade económica «libertada», à margem do funcionamento até então habitual da sociedade. Era o despontar das teses neoliberais associadas a uma nova organização da sociedade.

É em consequência disso que nos primeiros anos da década de 80, enquanto alguns cantavam hossanas à «liberdade económica» outros chamavam a atenção para a «degenerescência das relações éticas» que começava a verificar-se em grande escala na economia dos diversos países.

4. Para percebermos este debate ideológico é fundamental constatar que nesses anos 80 iniciou-se uma nova fase do capitalismo a que podemos designar por *globalização*.

Se o alargamento dos mercados à escala mundial era uma tendência natural da evolução dos meios de transporte e de comunicação, tal poderia ter acontecido de diferentes formas, pois eram várias as matrizes de organização social então existentes nos países capitalistas. Contudo a forma que assumiu pode ser caracterizada por

- uma «exportação» do modelo americano de organização da economia e da sociedade para a generalidade dos países;
- um aumento da financiarização da economia (uma actividade financeira e bolsista alimentando-se a ela própria, desligada do processo produtivo, funcionando frequentemente contra o próprio crescimento produtivo) até níveis nunca anteriormente atingidos, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos

seus mercados; o capital fictício expande-se (dando lugar, entre outros aspectos, ao que posteriormente foi designado por «produtos financeiros tóxicos»);

- pela adopção generalizada das teses liberais (liberdade de circulação do capital, não do trabalho; liberdade comercial; políticas económicas que não influenciem directamente a actividade económica) e a sua evolução para a ideologia neoliberal (associando aos aspectos anteriores a empresarização da economia e o desaparecimento do Estado).

Não referindo outras consequências desta globalização é indispensável dizer-se que esta desregulação da economia, esta subordinação de toda a actividade económica e política aos «donos do mundo» (donos dos mercados, onde imperam os oligopólios) só foi possível com uma expansão acelerada da economia não registada a partir dos anos 80/90 do século passado.

Contudo essa expansão nada tinha a ver com o autoconsumo ou com as actividades informais, mas sim com a *economia ilegal* e com a *economia subterrânea* (fuga aos fisco). Daí diversos autores começarem a falar em degenerescência das relações éticas.

5. Não é pois de estranhar que a OCDE desde os anos 90 tenha dedicado atenção crescente à economia não registada e que a sua preocupação primeira se centre na economia subterrânea.

Esses estudos culminam no ano de 2002 com a publicação de *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook*, ainda hoje uma referência. Uma referência do ponto de vista conceptual, mas que peca por propor métodos de quantificação e análise que, por serem demasiado morosos e caros, nunca tiveram implantação.

Nesse documento se sintetizam os quatro grupos de actividades económicas anteriormente referidas, colocando em primeiro lugar a economia subterrânea (as actividades cuja existência têm como principal objectivo o não cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais), seguindo-se a economia ilegal, a economia informal e, finalmente, o autoconsumo.

Em síntese, a partir dos anos 80 do século passado a economia não registada assume proporções nunca antes atingidas (com tendência para aumentar) e as economias subterrânea e ilegal são as parcelas fundamentais.

Assim sendo, a economia não registada é parte de um processo que engloba a fraude, o branqueamento de capitais, o aumento dos conflitos de interesse, a desregulação e enfraquecimento do Estado, o reforço dos crimes de colarinho branco, a expansão da criminalidade económica internacional e uma nova geoestratégia das máfias.

Enfim, a economia não registada não é um problema técnico, é uma questão social gravíssima que faz perigar a organização social democrática actual.

6. Embora a economia não registada seja uma metátese do cancro da nossa sociedade não deixa bizarramente de contar com o apoio dos Estados, como o demonstram os «paraísos fiscais». Recorde-se a estreita ligação daquela com o «consenso de Washington», com a política económica internacional, essencialmente promovida pelo Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio.

Quantificação

7. Uma questão colocada frequentemente é: como é possível quantificar o que não é observável? É uma pergunta semelhante a uma outra que já não nos atrevemos a colocar: como é possível estudar o átomo se nós não o vemos? O não ser observado ou quantificado não quer dizer que não seja observável ou quantificável. O que não é considerado pelo conhecimento espontâneo pode sê-lo pelo conhecimento científico porque este constrói novos instrumentos de análise.

Para quantificar a economia não registada os novos instrumentos são métodos de observação e quantificação adequados.

Porque nos parece que é despidendo aqui fazer uma análise pormenorizada das metodologias adoptadas – as quais constam de várias obras dos seus autores, do referido manual da OCDE e do trabalho que serviu de base à construção de economia não registada em Portugal, disponível em <http://www.gestaodefraude.eu> – refira-se apenas, de uma forma muito simplista que podemos agrupar esses métodos em quatro grupos:

- generalizando os resultados de observações no terreno (exemplo, via auditorias ou acções policiais), processando-se aquelas numa amostra que seja representativa;
- obtendo-se informações da mesma realidade por diversas vias (exemplo, via inquéritos, comparando a criação de recursos e a aplicação dos mesmos) e confrontando resultados e contra-resultados;
- aproveitando informações sobre alguns agregados económicos conhecidos (exemplo, quantidade de moeda, produção de energia) para fazer extrapolações sobre o que deveria haver na contabilidade nacional e não há.
- adoptando métodos econométricos em que a economia não registada é uma das variáveis a estimar do modelo, deduzível a partir do valor de outras variáveis.

A adopção de uma ou outra via resulta dos custos envolvidos, da informação disponível, da realidade objectiva de cada sociedade. Conforme o método os seus resultados, mas essa diversidade tem menos a ver com qualquer imprecisão dos métodos mais com a qualidade dos dados disponíveis e, sobretudo, de uma questão fundamental: embora falando-se de quantificação da economia não registada, na verdade cada método está essencialmente associado a uma quantificação de uma certa parte da economia não registada.

A parcela mais difícil de quantificar é a economia ilegal (exemplo, droga, peixe ilegal, espécies em extinção, transacção de órgãos, negócios de guerra, etc.).

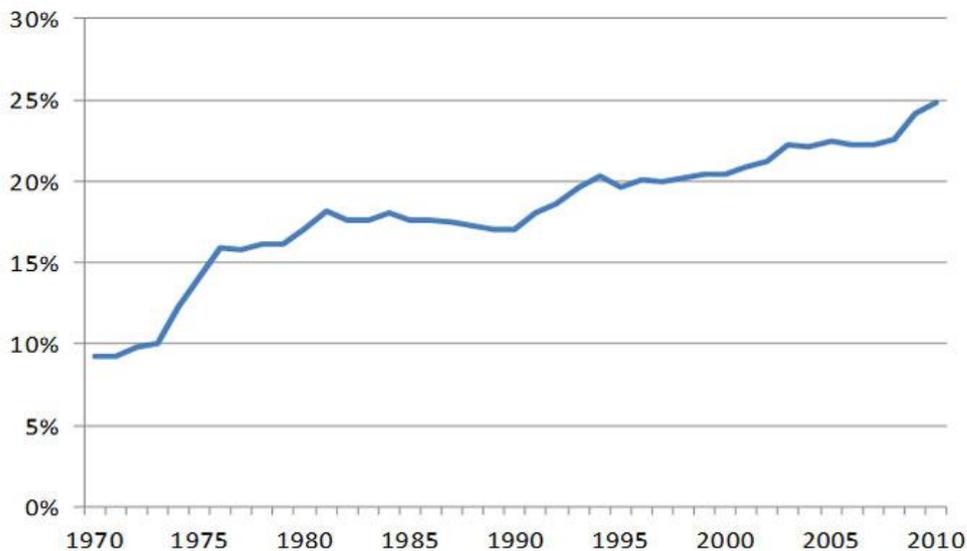
8. O método adoptado pelo OBEGEF insere-se no quarto grupo de metodologias, tende a captar essencialmente a economia subterrânea.

Os dados estão à vista:

Tabela 1: ENR (como % do PIB oficial) na economia Portuguesa, 1970-2010

Ano	1970- 1973	1974- 1978	1979- 1983	1984- 1988	1989- 1993	1994- 1997	1998- 2001	2002- 2005	2006- 2008	2009	2010
ENR/PIB	9.6	14.9	17.3	17.6	18.1	20.0	20.5	22.0	22.4	24.2	24.8

Fonte: Cálculos dos autores com base na metodologia MIMIC



Para garantir a comparabilidade dos dados o Produto Interno Bruto de referência é calculado com base nos preços em vigor num dado ano fixo. Considerou-se o ano de 2000 como base. Assim podemos dizer que a economia não registada em 2010 ronda os 32.183 milhões de euros. Para se ter uma ideia da grandeza deste número, alguns termos de comparação e cálculos significativos na conjuntura nacional contemporânea:

- Um milhão de euros em notas de 100€ teriam uma altura de vinte centímetros. 32.183 milhões correspondem a uma pilha de 6,4 quilómetros de altura de notas de 100€.
- Se não houvesse economia não registada, admitindo uma carga fiscal média de 20%, o deficit do Orçamento Geral do Estado seria de apenas 2,9% do PIB.

Observações finais

9. Como podemos “detetar” no nosso quotidiano esta economia não registada? Podemos detetar na manipulação contabilística das empresas e nos relatórios fraudulentos das mesmas. Podemos detetar nas manipulações dos preços de transferência e na subfacturação e sobrefacturação em operações internacionais. Podemos detetar na utilização dos «paraísos fiscais» para, com a complacência de todas as autoridades, fugir ao pagamento de impostos onde a riqueza foi criada. Podemos detetar na existência de empresas fantasma. Podemos detetar nas operações fictícias na União Europeia para se receber IVA em vez de se o pagar. Podemos detetar nas manipulações fraudulentas das operações alfandegárias. Podemos detetar na utilização de informação privilegiada e nas operações de corrupção para

se agir «da forma mais conveniente». Podemos detetar em muitas outras situações. Também podemos detetar no serviço que é prestado sem factura, mas seria *um erro social e politicamente dramático* atribuir a esta situação a responsabilidade total, diríamos principal, da economia não registada em Portugal.

Provavelmente mais grave que a ausência de facturas é o excesso de facturas (exemplo, facturas falsas, empresas fictícias, sucessões artificiais de compras e vendas intercomunitárias) ou facturas com informação errada (exemplo, sobre e subfacturação, o encobrimento do que efectivamente são preços de transferência).

10. Poder-se-á argumentar em relação a tudo o que foi anteriormente afirmado que muitas das actividades de economia não registada são legais. É para isso que existem os paraísos fiscais e outras praças financeiras internacionais que efectivamente o são. É para isso que é permitido o planeamento fiscal, que até pode ser agressivo, assim como muitas outras vírgulas e entrelinhas da nossa legislação. É para isso que se tem uma legislação mais preocupada em recuperar fundos perdidos (em que se recupera sempre uma ínfima parte) do que em castigar os que praticam actos ilegais.

Poderíamos discutir essas situações por diversas vias – que redundaria em perguntar-se porque a maioria dos cidadãos são sempre obrigados a pagar as “liberdades” de uma muito minoria de cidadãos, em nome de um progresso que anda para trás – mas gostaríamos de focar o problema de outra maneira.

Se a economia não registada ilegal impõe a condenação civil, contraordenacional ou penal de quem a pratica, a legal (retirando desta o autoconsumo e uma parte da economia informal) impõe a condenação política dos órgãos de soberania do Estado que o permitem.

11. O nosso objectivo ao construir o índice de economia não registada para Portugal foi contribuir para um melhor conhecimento da nossa realidade. Quanto maior for o diálogo, a comparação de indicadores e metodologias, as trocas de ideias – normais numa sociedade democráticas, indispensável no conhecimento científico e imperioso para todos os que desejem uma sociedade mais ética e de cidadania plena para todos – melhores serão os conhecimentos sobre a sociedade em que vivemos, maiores a possibilidade de construir um futuro digno.

Da nossa parte estamos dispostos, e ansiamos, a esse diálogo.

Porto, 30 de Julho de 2012

ECONOMIA PARALELA E O PAPEL DA INSPEÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

No passado dia 7 de maio a EGP-UPBS, em parceria com a APIT e o OBEFEG, promoveram a conferência "Economia Paralela e Inspeção Tributária e Aduaneira"



CARLOS PIMENTA
PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO DE ECONOMIA E GESTÃO DE FRAUDE

APONTAMENTO SOBRE A ECONOMIA PARALELA

Observatório de Economia e Gestão de Fraude

UMA HISTÓRIA

Embora não tenha uma história dos comportamentos ilícitos e desviantes nas diversas sociedades e de fácil identificação em todas as comunidades, o fenómeno é complexo e multifacetado, não se restringindo aos registos estatísticos.

Contudo, independentemente dos diversos tipos de actividade e das diferentes designações que tais comportamentos assumiram, não é legítimo admitir que se trate de actividades económicas, com o significado que actualmente lhe atribuímos. O que

agora designamos dessa forma refere-se a um conjunto de actividades que são iniciadas pelas formas de organização social, técnicas da sociedade que vivemos, estruturada em torno da produção e troca de bens e de um específico estrutura de propriedade. Centremo-nos, pois, na história mais recente das nossas sociedades, não sendo demasiado rigorosa a expressão "ilícitas" para a área económica, que seria a organização da sociedade, através da e reproduzindo os homens e pela sua organização política.

Esses estudos culminam no ano de 2002 com a publicação de *Measuring the Non-Observed Economy - A Handbook*, ainda hoje uma referência. Uma referência do ponto de vista conceptual, mas que peca por propor métodos de quantificação e análise que, por serem demasiado modestos e caros, nunca tiveram implementação.

Nesse documento se sintetizam os quatro grupos de actividades económicas anteriormente referidas, colocando em primeiro lugar a economia subterrânea (as actividades cuja existência tem como principal objectivo o não cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras), seguindo-se a economia ilegal, a economia informal e, finalmente, o autossuficiente.

... a economia não registada é parte de um processo que engloba a fraude

Em síntese, a partir dos anos 80 do século passado a economia não registada assume proporções nunca antes atingidas (com tendência para aumentar) e as economias subterrâneas e legal são as parcelas fundamentais.

Assim sendo, a economia não registada é parte do processo que engloba a fraude, o brechamento de capitais, o aumento dos conflitos de interesse, a desregulação e enfraquecimento do Estado, o reforço dos crimes de colarinho branco, a expansão da criminalidade económica internacional e uma nova penetração das mafias. Enfim, a economia não registada não é um problema técnico, é uma questão social gravíssima que faz perigar a organização social democrática actual.

Embora a economia não registada seja uma metáfora do câmbio da nossa sociedade não deixa bizardamente de contar com o apoio dos Estados, como o demonstram os «paraisos fiscais». Recorde-se a estreita ligação da qualificação com o «consenso de Washington», com a política económica internacional, essencialmente promovida pelo Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio.

QUANTIFICAÇÃO

Uma questão colocada frequentemente é como é possível quantificar o que não é observável? É uma pergunta semelhante a uma outra que já não nos atrevemos a colocar: como é possível estudar o átomo se nós não o vemos? O não ser observável ou quantificável não quer dizer que não seja observável ou quantificável. O que não é considerado pelo conhecimento espontâneo pode sê-lo pelo conhecimento científico porque este constitui novos instrumentos de medição.

Para quantificar a economia não registada os novos instrumentos são métodos de observação e quantificação adequados. Porque nos parece que o desígnio de utilizar uma análise comparada das metodologias adoptadas - as bases constam de vários outros seus autores, do referido manual da OCDE e do trabalho que serviu de

base à construção de economia não registada em Portugal, disponível em <http://www.gestaoedfraude.pt> - refere-se apenas, de uma forma muito simplista que podemos ganhar esses métodos em quatro grupos:

- generalizando os resultados de observações no terreno (exemplo: via auditorias ou acções policiais), processando os resultados numa amostra que seja representativa;
- obtendo-se informações da mesma realidade por diversas vias (exemplo: via inquéritos, comparando a criação de recursos e a aplicação dos mesmos) e confrontando resultados e contra resultados;
- aproveitando informações sobre alguns agregados económicos concretos (exemplo: quantidade de moeda, produção de energia) para fazer extrapolações sobre o que deveria haver na contabilidade nacional e não há;
- adaptando métodos econométricos em que a economia não registada é uma das variáveis a estimar do modelo, deduzível a partir do valor de outras variáveis.

A adopção de uma ou outra via resulta dos custos envolvidos, da informação disponível, da realidade objectiva de cada sociedade. Conforme o método, os seus resultados. Mas essa diversidade tem menos a ver com qualquer impossibilidade dos métodos e mais com a qualidade dos dados disponíveis e a seriedade de uma questão fundamental: embora falando-se de quantificação da economia não registada, na verdade cada método está essencialmente associado a uma quantificação de uma certa parte da economia não registada.

A parcela mais difícil de quantificar é a economia ilegal (exemplo: droga, base legal, espécies em extinção, transacção de órgãos, mercados de guerra, etc.).

O método adoptado pelo OBEFEG insere-se no quarto grupo de metodologias, tendo a captar essencialmente a economia subterrânea.

Os dados estão à vista:

Ano	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
PIB PIB	94	98	104	110	116	122	128	134	140

Fonte: Observatório de Economia e Gestão de Fraude



2. Por diferentes razões que não carecem de apresentação neste texto, depois da crise de 1929/33 - com depressões durantes diversos anos seguintes, que desamocaram na segunda guerra mundial -, os países capitalistas sentiram a necessidade de quantificar a sua actividade económica e promover políticas que permitissem um desenvolvimento estratégico e um controlo conjuntural.

Por isso nos fins da década de 30 do século passado a Sociedade das Nações ficou encarregue de analisar o problema e em 1947 as Nações Unidas produziram o primeiro documento institucional que conduziu à organização das contabilidades nacionais dos diversos países. Sendo a contabilidade nacional uma peça fundamental da organização político-económica dos Estados, as actividades económicas marginais e desviantes passaram a ter uma base objectiva de referência: seriam aquelas que não eram registadas na contabilidade nacional. Esta é a base da actual designação de Economia Não Registada.

3. Quando percorremos as posições assumidas por diversos autores sobre este assunto constatamos que as situações alijadas e as valorizações de que eram alvo evoluíram. Uma coisa todos sabem: para uma actividade ser registada tinha que passar pelo mercado, logo o autoconsumo tendia a fugir à sua quantificação.

Quando nos fins dos anos 40 do séc. XX se lançou oficialmente a "ajuda ao desenvolvimento", formalmente consagrada pelo presidente Truman em Janeiro de 1949, houve uma forte focalização no subdesenvolvimento e a atenção económica centrou-se nesse projecto. Muitos economistas, sobretudo da América Latina, lançaram então a problemática da articulação de modos de produção e alertavam que enquanto as actividades capitalistas eram registadas na contabilidade nacional o mesmo não acontecia com as actividades dos modos de produção subordinados. A economia informal, essencialmente associada à estratégia de sobrevivência, integrava a economia não registada (não a designando dessa forma).



Se estas foram as preocupações durante algumas décadas, não é depois de 70 que começa a emergir uma nova postura, que se vai prolongar até aos dias actuais. A economia não registada deixa de ser uma realidade social imposta, ora pela metodologia da contabilidade nacional ora pela existência de modos de produção pré-capitalistas e passiva

a ser considerada como uma estratégia de fuga, como uma libertação dos mercados das suas programadoras, reguladoras e disciplinadoras do Estado. Vários autores fazem então a adopção dessa actividade económica libertada, à margem do funcionamento até então habitual da sociedade. Era o despontar das taxas neoliberalistas associadas a uma nova organização da sociedade.

É um consenso disso que nos primeiros anos da década de 80, enquanto alguns continavam focando a liberdade económica outros chamavam a atenção para a «degeneração das relações éticas» que começava a verificar-se em grande escala na economia dos diversos países.

4. Para percebermos este debate ideológico é fundamental constatar que nos anos 80 iniciou-se uma nova fase do capitalismo a que podemos designar por globalização.

Se o alargamento dos mercados à escala mundial era uma tendência natural da evolução dos meios de transporte e de comunicação, tal poderia ter acontecido de diferentes formas, pois várias eram as matrizes de organização social entre as sociedades dos países capitalistas. Contudo a forma que assumiu pode ser caracterizada por:

- uma «exportação» do modelo americano de organização da economia e da sociedade para a generalidade dos países;
- um aumento da financiarização da economia (uma actividade financeira e bolsista alimentando-se a ela própria, designada do processo produtivo, funcionando frequentemente contra o próprio crescimento produtivo) até níveis nunca anteriormente atingidos, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos seus mercados; o capital fictício expande-se (tendo lugar entre outros aspectos, ao que ostensivamente foi designado por «produtos financeiros tóxicos»);

- pelo adopção generalizada das teses liberais (liberdade de circulação do capital, não do trabalho), liberdade comercial, políticas económicas que não influenciam directamente a actividade económica e a sua evolução para a ideologia neoliberal (associando aos aspectos anteriores a empregarização da economia e o desaparecimento do Estado);

Não referido outras consequências desta globalização é indispensável dizer-se que esta desregulação da economia, esta subordinação de toda a actividade económica e política aos «donos do mundo» (donos dos mercados, onde imperam os oligopólios) só foi possível com uma expansão regulada da economia não registada a partir dos anos 80/90 do século passado.

Contudo essa expansão não tinha a ver com o autoconsumo de cada um das actividades informais, mas sim com a economia ilegal e com a economia subterrânea (liga aos furtos). Das diversas fontes cabe-nos falar em degeneração das relações éticas.

5. Não é pois de estranhar que a OCDE desde os anos 90 tenha dedicado atenção crescente à economia não registada e que a sua reavaliação primeira se ciente na economia subterrânea.



Para garantir a comparabilidade dos dados o Produto Interno Bruto de referência é calculado com base nos preços em vigor num dado ano base. Considerou-se o ano de 2000 como base. Assim podemos dizer que a economia não registada em 2010 ronda os 32.883 milhões de euros. Para se ter uma ideia da grandeza deste número, alguns termos de comparação e cálculos significativos na conjuntura nacional contemporânea:

- Um milhão de euros em notas de 100€ fariam uma altura de vinte centímetros. 32.883 milhões correspondem a uma pilha de 6,4 quilómetros de altura de notas de 100€;
- Se não houvesse economia não registada, admitindo uma carga fiscal média de 20%, o deficit do Orçamento Geral do Estado seria de apenas 2,9% do PIB.

OBSERVAÇÕES FINAIS

9. Como podemos «detetar» no nosso quotidiano esta economia não registada?

Podemos detetar na manipulação contabilística das empresas e nos relatórios fraudulentos das mesmas. Podemos detetar nas manipulações dos preços de transferência e na subfacturação e sobrefacturação em operações internacionais. Podemos detetar na utilização dos «paraisos fiscais» para, com a complicidade de todas as autoridades, fugir ao pagamento de impostos onde a riqueza foi criada. Podemos detetar na existência de empresas fantasma. Podemos detetar nas operações fictícias na União Europeia para se receber IVA em vez de se pagar. Podemos detetar nas manipulações fraudulentas das operações offshoring. Podemos detetar na utilização de informação privilegiada e nas operações de manipulação para se agir de forma mais conveniente. Podemos detetar em muitas outras situações.

Também podemos detetar no serviço que é prestado sem factura, mas sera um erro oficial e passível de denúncia atribuir a esta situação a responsabilidade total, diremos ainda, da economia não registada em Portugal.

Provavelmente mais grave que a ausência de facturas é o escamoteio de facturas (exemplo: facturas falsas, empresas fictícias, sucessões fictícias de empresas e vendas intercompany) ou facturas sem informação anexa (exemplo, sobre a subfacturação, o empolamento do que efectivamente são preços de transferência).

10. Poder-se-á argumentar em relação a tudo o que foi anteriormente afirmado que muitas das actividades de economia não registada são legais. É para isto que existem os paraisos fiscais e outras paraísos financeiros internacionais que efectivamente o são. É para isso que é permitido o planeamento fiscal, que até pode ser agressivo, assim como muitas outras virguladas e entrelinhas da nossa legislação. É para isso que se tem uma legislação mais preocupada em recuperar fundos perdidos (em que se recupera sempre uma ínfima parte) do que em castigar os que praticam actos ilegais.

Podríamos discutir estas situações por diversas vias - que redundaria em perguntar-se porque a maioria dos cidadãos são sempre obrigados a pagar as «liberdades» de uma minoria de cidadãos, em nome de um progresso que anda para trás - mas gostaríamos de focar o problema de outra maneira.

Se a economia não registada legal impõe a condenação civil, contraordenacional ou penal de quem a pratica, a legal (retraição desta o autoconsumo e uma parte da economia informal) impõe a condenação política dos órgãos de soberania do Estado que a permitem.

11. O nosso objectivo ao construir o índice de economia não registada para Portugal foi construir para um melhor conhecimento da nossa realidade. Quanto maior for o diálogo, e a combinação de indicações e metodologias, as trincas de ideias - nem que numa sociedade democrática, indispensável ao conhecimento científico e à melhoria para todos os que desejam uma sociedade mais ética e de cidadãos plenos para todos - melhores serão os contributos sobre a sociedade em que vivemos, maior a possibilidade de construir um futuro digno. De sempre parte estamos dispostos, e anjamos, a esse diálogo.

